

EDITORIAL

ESPAÇOS LIVRES, REDES ECOLÓGICAS
E DIREITO À PAISAGEM

A QUESTÃO AMBIENTAL SURGE COMO

temática frequente nas agendas de pesquisa a partir da década de 1960. Desde então, a profícua produção e difusão de conhecimentos sobre esse tema vem crescendo e se tornando transversal em diferentes abordagens, seja nas pautas das agências reguladoras, seja no âmbito das universidades e demais instituições científicas que se ocupam em aprofundar suas pesquisas relacionadas à sociedade e ao meio ambiente.

As projeções acerca do planejamento territorial, que se iniciaram com os trabalhos de Patrick Geddes (1915), e os debates na esfera

ambiental, conseqüentemente, de Ian McHarg (1969) ressaltam a discussão sobre as relações do desenvolvimento urbano e os componentes dos sistemas naturais ao longo do século XX. Ambas formalizaram marcos de produção científica potentes e a meu ver, fundamentais para estabelecer as bases dos estudos sobre a cidade e o ambiente natural e construído. Seus postulados além de apontarem as problemáticas buscavam monitorar processos corrosivos que afetavam o meio ambiente. Havia ainda mais camadas como por exemplo, questionar decisões equivocadas, aferir riscos e responsabilidades daqueles que detêm o poder de legislar sobre o lugar em que vivemos.

Os postulados de Geddes, McHarg e pesquisadores alinhados às suas perspectivas tornaram-se ferramentas teóricas necessárias e proposições práticas potentes para levar adiante o debate sobre a qualidade do ambiente urbano. Desse modo, é mister colocar diariamente em pauta a ideia de como as propostas relacionadas às redes ecológicas e o debate sobre o direito à paisagem devem ser priorizadas para se pensar a relação entre a sociedade e o ambiente nesse tempo presente. A partir dos ganhos obtidos e das heranças deixadas por estudiosos comprometidos em produzir pesquisas ancoradas em pautas ambientais, afirmo, sem sombra de dúvidas, que na atualidade temos alcançado um patamar de crescimento científico que deve ser celebrado e cada vez mais compartilhado.

Com esses resultados em mãos, tem sido possível produzir uma cadeia de abordagens nas quais as ferramentas ligadas à tecnologia da informação e à geoinformática são essenciais. Tais contribuições tecnológicas seguem oferecendo possibilidades antes inimagináveis para se construir leituras transescalares que perpassam por variados temas. Esses acréscimos discursivos e diálogos redimensionados conseguem indicar que alguns limites ainda existentes foram superados; um caso típico que lança luz sobre as divisões e diferenças que ao longo da história separavam campo e cidade ou mesmo dificultavam a construção de elos interdisciplinares vinculando campos teóricos distintos.

Atualmente o diálogo, por exemplo, entre a geografia, a antropologia, a arquitetura e urbanismo e o direito é uma prática cada vez mais cotidiana no meio acadêmico e na gestão da cidade. As possibilidades criadas entre essas conexões são múltiplas e robustas, conseguem desenhar um campo epistemológico ampliado em que, mesmo com divergências teóricas ou práticas, principalmente no que diz respeito às decisões políticas, há resultados positivos.

A rede de dados e informações processadas e compartilhadas de forma transdisciplinar contribui para o levantamento de questões, estabelece diálogos e produz tensões. Em cada um desses movimentos, há interesse em proporcionar deslocamentos na esfera científica e na prática das decisões políticas para o cotidiano da cidade, o que, por sua vez, afeta diretamente o modus de vida de diferentes camadas sociais e dos seres vivos que compartilham, de uma forma ou de outra, o espaço urbano.

Passados mais de cinquenta anos, desde os estudos de precursores como Guedes e McHarg, J. Rose (2016) em uma análise atemporal projetou diferentes relações da sociedade versus a natureza, e nessa direção deixou um postulado instigante que enquadra nosso tempo presente no que ele denominou de *Terceira Onda*. Em linhas gerais, a matriz dessa proposição reconhece como a sociedade atual ainda carece de educação ambiental e por essa razão, sofre os efeitos de suas próprias ações quando ignora aspectos centrais relacionados ao respeito e preservação da natureza.

Dito isso, o autor constrói equações a partir de conceitos que apontam caminhos possíveis, para o respeito dos recursos naturais por exemplo ou para o fomento de debates em uma tentativa de libertar a sociedade do cativo consumista em que vive, favorecendo assim seu deslocamento para outro patamar de relação com o meio ambiente. Em sua abordagem reforça a responsabilidade dos tomadores de decisões ao destacar as limitações de gestores públicos e privados em pleitear outra abordagem de planejamento e projeto urbano a partir de ações que de fato alteram sensivelmente a realidade da vida humana e não-humana nas cidades, tornando assim o nosso viver menos injusto e segregador.

Em 2017, estudiosos envolvidos com pesquisas e disciplinas ligadas ao debate sobre o meio ambiente foram provocados a vislumbrar alternativas para dimensionar em parte os fundamentos que, em muitos sentidos, estão alinhados à ideia de *Terceira Onda* cunhada por J. Rose.

Diante dos sintomas negativos que se manifestam no meio ambiente apontados por J. Rose e demais cientistas com as mesmas preocupações, surgiu uma obra emblemática intitulada *The new landscape declaration: a call to action for the twenty-first century*. A publicação apresentava propostas que fomentavam outros olhares para pensar as formas das cidades e mais, como os fenômenos urbanos favorecem a construção de narrativas sobre a possibilidade do cidadão se tornar um ativista do seu tempo frente ao “mau uso do ambiente e o desenvolvimento” atual.

No ano de 2019, nesse mesmo viés, foi publicado o livro *Design with nature now!*, cuja proposta era aprofundar-se na perspectiva de McHarg e provocar novos diálogos sobre as problemáticas ambientais contemporâneas. Questionamentos como: Para que e para quem são as cidades de hoje? E as de amanhã? O que fizemos ao longo do tempo para tornar as cidades o lugar das pessoas e da natureza? O que estamos efetivamente realizando no âmbito do planejamento urbano, no sentido de tornar as cidades resilientes e sustentáveis? Como deixaremos de ser uma “máquina infernal” de consumo e de detritos e nos tornamos a “Cidade Celestial”?, foram perguntas já apresentadas por Anne Spirn em seus trabalhos da década de 1990, que redimensionadas ao contexto do século XXI, retornam com outra roupagem e indicando outras preocupações diante de uma sociedade mais ciberculturalizada. Se a essência dos questionamentos se mantém, interpreto que a base epistemológica desta construção agora têm outras perspectivas e devo dizer, perspectivas essas que possuem um grau de complexidade ainda mais profundo diante dos desafios que surgem a partir da crise climática, das tensões ambiental e polarização política que a sociedade vive na atualidade. Tempos de horizontes cada vez mais tensionados que precisam de alterações significativas para pensar nossas cidades.

Diante das camadas aqui destacadas que movimentam o debate sobre questões relacionadas à natureza, sociedade, meio ambiente e cidade, a proposta do volume temático *Espaços livres, redes ecológicas e direito à paisagem* é um desdobramento dos debates e das discussões realizadas no fórum *Lote e quadra, cidade e território: espaços livres, redes ecológicas e direito à paisagem*, realizado em 2021. Importa destacar que o fórum surgiu a partir de uma iniciativa acadêmica vinculada ao projeto de pesquisa *Lote e quadra, cidade e território* cadastrado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU/UFF). Por outro lado, o seminário foi uma parceria firmada com o Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas vinculado à Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - EBA/UFRJ.

Os artigos selecionados para esse número temático têm como objetivo promover, aprofundar e manter a discussão sobre o planejamento urbano ambiental a partir de uma visão interdisciplinar, tendo como matriz o campo de trabalho das disciplinas do projeto e da teoria da paisagem e do paisagismo. Diante disso a diversidade de temas aqui reunidos em sete artigos promove reflexões sobre as formas de pensar o nosso habitat a partir do uso adequado dos recursos naturais, considerando os sistemas integrados e interligados à prática e à teoria, dentro e fora dos limites das universidades. Os artigos também oferecem abordagens sobre experiências desenvolvidas a partir de propostas colaborativas entre distintos profissionais no campo das ciências humanas aplicadas.

Celebramos os dezesseis autores e autoras que participaram deste volume temático. Temos também a convicção de que seus respectivos trabalhos científicos oferecem referenciais de estudo sobre a paisagem a partir da questão ambiental, do planejamento urbano e do direito à paisagem, que apontam possibilidades de trabalho e reflexão em diferentes abordagens e com ganhos significativos nas pesquisas desse campo temático. Reforçamos nosso desejo de que este volume possa ser proveitoso para docentes, estudantes de graduação e pós-graduação, gestores urbanos e demais interessados, tornando assim uma referência relevante no campo dos estudos da paisagem.

Considerando o nosso papel enquanto docentes e pesquisadores dedicados a divulgar e difundir o conhecimento, importa destacar que nosso interesse final é deixar essa produção científica acessível a toda a comunidade acadêmica por meio de uma publicação gratuita e digital, fortalecendo assim os nossos objetivos de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Para finalizar, agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ - pelo fomento ao *Colóquio Lote e quadra, cidade e território*, pelos desdobramentos relativos à publicação dos resultados desse encontro. Importa ainda reconhecer o apoio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/EAU/UFF), dos grupos de pesquisas Laboratório do Lugar e da Paisagem e Paisagens Híbridas pelo suporte oferecido nas trajetórias de construção desse projeto. Muitos são os braços e mentes que trabalham em prol da execução de uma ideia e a tornam um fato, por isso, a todos, nosso reconhecimento.

Flavia Teixeira Braga

Paisagista, Arquiteta e Urbanista,
Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense e
Docente da Escola de Arquitetura e Urbanismo - EAU/UFF.

Niterói, junho de 2022.

